

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "M. M. T."

VILLAS-BOAS - ACP
Corretores Associados de Seguros, SA

RELATÓRIO E CONTAS

31 de dezembro de 2020

Conteúdo

A. Demonstrações Financeiras Individuais	5
1. BALANÇO.....	6
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	7
3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	8
4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	9
1. Anexo às Demonstrações Financeiras	10
1. NOTA INTRODUTÓRIA	11
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
2.1. Base de Preparação	11
2.2 Derrogação das disposições do SNC.....	12
2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras	12
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	12
3.1 Bases de apresentação	12
3.2 Pressuposto da continuidade.....	13
3.3 Regime do acréscimo.....	13
3.4 Conversão cambial.....	13
3.5 Ativos Intangíveis (AI)	13
3.6 Ativos Fixos Tangíveis (AFT)	14
3.7 Participações Financeiras.....	14
3.8 Locações.....	16
3.9 Custos de empréstimos obtidos	16
3.10 Imparidade dos ativos.....	17
3.11 Rédito.....	17

3.12	Provisões	18
3.13	Ativos e passivos contingentes.....	18
3.14	Imposto sobre o rendimento	19
3.15	Instrumentos financeiros	19
3.16	Julgamentos e estimativas	20
3.17	Acontecimentos subsequentes	20
4.	FLUXOS DE CAIXA	21
5.	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	21
6.	PARTES RELACIONADAS.....	21
6.1	Empresas subsidiárias	22
6.2	Empresas associadas.....	22
6.3	Entidades conjuntamente controladas.....	22
6.4	Transações e saldos com partes relacionadas	23
6.5	Remuneração dos membros dos órgãos sociais	24
7.	ATIVOS INTANGÍVEIS	24
8.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	25
9.	IMPARIIDADE DE ATIVOS.....	25
10.	INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS.....	26
	Outros Investimentos financeiros.....	26
11.	RÉDITO.....	26
12.	SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO	27
13.	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	27
14.	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (“IRC”)	28
15.	ATIVOS AO JUSTO VALOR.....	29
16.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	29
	Categorias de instrumentos financeiros.....	29
	Clientes.....	30

Handwritten initials and marks in blue ink.

Fornecedores	30
Outros créditos a receber / Outras dívidas a pagar	31
Instrumentos de Capital Próprio.....	31
17. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	32
18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	32
19. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES	33
19.1 Estado e Outros Entes Públicos	33
19.2 Diferimentos.....	33
19.3 Fornecimentos e Serviços Externos	33
19.4 Outros Rendimentos e Gastos	34
19.5 Depreciações e Amortizações	34
20. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS.....	35
20.1 Informação respeitante à atividade de distribuição de seguros ou de resseguros:.....	35

P
y
r
t

A. Demonstrações Financeiras Individuais

1. Balanço

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DEZEMBRO 2020

	Notas	31 Dez 2020	Unidade:	Euros
			Reexpressado	31 Dez 2019
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	8	101 348,24	79 077,91	79 077,91
Ativos Intangíveis	7		584,54	584,54
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	10	8 964 171,06	8 210 465,89	8 210 465,89
Outros investimentos financeiros	10	101 098,29	99 022,69	99 022,69
Créditos a receber	10			150 000,00
		9 166 617,59	8 389 151,03	8 539 151,03
Ativo corrente				
Clientes	16		(0,00)	16 380 876,88
Outros créditos a receber	16	1 397 707,77	1 707 713,77	2 418 403,68
Diferimentos	19.2	41 724,74	58 175,98	58 175,98
Outros ativos financeiros	15/16	418 219,29	352 392,90	352 392,90
Caixa e depósitos bancários	4	3 735 227,15	3 049 115,21	3 049 115,21
		5 592 878,95	5 167 397,86	22 258 964,65
Total do ativo		14 759 496,54	13 556 548,89	30 798 115,68
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital subscrito	16	300 000,00	300 000,00	300 000,00
Reservas legais	16	60 000,00	60 000,00	60 000,00
Outras reservas	16	543 617,16	4 197,48	4 197,48
Resultados transitados	16	(56 468,02)	27 980,13	27 980,13
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	10	6 268 954,91	5 365 175,12	5 365 175,12
Resultado líquido do período	16	1 656 514,51	2 325 541,27	2 325 541,27
Total do capital próprio		8 772 618,56	8 082 894,00	8 082 894,00
Passivo				
Passivo não corrente				
Outras dividas a pagar	16	500 000,00	500 000,00	500 000,00
		500 000,00	500 000,00	500 000,00
Passivo corrente				
Fornecedores	16	747 754,18	782 489,55	18 093 639,92
Estado e outros entes públicos	19.1	72 597,50	149 204,70	149 204,70
Outras dividas a pagar	16	4 666 526,30	4 541 960,64	3 972 377,06
		5 486 877,98	5 473 654,89	22 215 221,68
Total do passivo		5 986 877,98	5 973 654,89	22 715 221,68
Total do capital próprio e do passivo		14 759 496,54	14 056 548,89	30 798 115,68

O Contabilista Certificado

Francisco Noqueira

A Administração

[Handwritten signatures]

As notas das páginas 10 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

2. Demonstração dos resultados por naturezas

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Unidade: Euros	
		31 Dez 2020	31 Dez 2019
Vendas e serviços prestados	11	9 342 125,53	10 183 472,07
Subsídios à exploração	12	1 136,87	
Ganhos / perdas imputados de subsidi., associadas e empreend.conjuntos	10	856 046,97	1 002 409,59
Fornecimentos e serviços externos	19.3	(6 814 730,53)	(6 802 984,32)
Gastos com o pessoal	17	(1 417 165,56)	(1 418 287,05)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9		219,66
Aumentos / reduções de justo valor	15	2 367,49	(4 627,76)
Outros rendimentos	19.4	123 704,19	20 457,97
Outros gastos	19.4	(158 069,13)	(207 329,95)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 935 415,83	2 773 330,21
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19.5	(33 214,21)	(28 342,04)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 902 201,62	2 744 988,17
Resultado antes de impostos		1 902 201,62	2 744 988,17
Imposto sobre o rendimento do período	14	(245 687,11)	(419 446,90)
Resultado líquido do período		1 656 514,51	2 325 541,27

O Contabilista Certificado

Franco Noqueira

A Administração

Yonela Cortes
 X *Am M M*
 X *António*
 X *A. P. P.*
 X

As notas das páginas 10 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

3. Demonstração das alterações no capital próprio

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 Dez 2019

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE							Total
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DE 2019	1	300 000,00	60 000,00	877 371,00	27 980,13	5 498 480,72	0,00	1 700 729,23	8 464 561,08
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações no capital próprio			0,00	1 826,48	0,00	423 902,75	1 275 000,00	-1 700 729,23	0,00
	2	0,00	0,00	1 826,48	0,00	423 902,75	1 275 000,00	-1 700 729,23	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	3							2 325 541,27	2 325 541,27
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							624 812,04	2 325 541,27
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Distribuições				-1 425 000,00			-1 275 000,00		-2 700 000,00
Outras operações		0,00	0,00	550 000,00	0,00	-557 208,35	0,00	0,00	-7 208,35
	5	0,00	0,00	-875 000,00	0,00	-557 208,35	-1 275 000,00	0,00	-2 707 208,35
POSICÃO NO FIM DE 2019	6=1+2+3+5	300 000,00	60 000,00	4 197,48	27 980,13	5 965 175,12	0,00	2 325 541,27	8 082 894,00

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 Dez 2020

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE							Total
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DE 2020	1	300 000,00	60 000,00	4 197,48	27 980,13	5 365 175,12	0,00	2 325 541,27	8 082 894,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações no capital próprio		0,00	0,00	539 419,68	-90 688,15	1 006 121,59	780 000,00	-2 325 541,27	-90 688,15
	2	0,00	0,00	539 419,68	-90 688,15	1 006 121,59	780 000,00	-2 325 541,27	-90 688,15
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	3							1 656 514,51	1 656 514,51
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							-669 026,76	1 565 876,36
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Distribuições				0,00	6 240,00	-102 341,80	-780 000,00	0,00	-876 101,80
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	6 240,00	-102 341,80	-780 000,00	0,00	-876 101,80
POSICÃO NO FIM DE 2020	6=1+2+3+5	300 000,00	60 000,00	543 617,16	-56 468,02	6 268 934,91	0,00	1 656 514,51	8 772 616,56

O Contabilista Certificado

Francisco Nogueira

A Administração

X *Yousif d...
du...*

X *...*

X *...*

X *A. ...*

X

As notas das páginas 10 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

4. Demonstração dos fluxos de caixa

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 Dez 2020

	Notas	Exercícios	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		9 342 125,53	54 893 661,20
Pagamentos a Fornecedores		(6 609 864,53)	(51 677 712,15)
Pagamentos ao Pessoal		(1 591 410,52)	(1 508 565,94)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		1 140 850,48	1 707 383,11
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(207 426,48)	(432 307,86)
Outros recebimentos/pagamentos		494 436,63	1 634 234,37
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</i>		1 427 860,63	2 909 309,62
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(54 900,00)	-
Outros ativos		(555 454,90)	(328 746,82)
		(610 354,90)	(328 746,82)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	1 515,13
Outros ativos		555 454,90	328 746,82
Juros e rendimentos similares		2 737,70	13 966,68
Dividendos		156 240,00	550 000,00
		714 432,60	894 228,63
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</i>		104 077,70	565 481,81
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		(780 000,00)	(2 700 000,00)
		(780 000,00)	(2 700 000,00)
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</i>		(780 000,00)	(2 700 000,00)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		751 938,33	774 791,43
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 401 508,11	2 626 716,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4 153 446,44	3 401 508,11

O Contabilista Certificado

Franco Nogueira

A Administração

x *Juliana Albino*
 x *João M. M.*
 x *[Assinatura]*
 x *A. [Assinatura]*
 x

As notas das páginas 10 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

M
Y
r
b

1. Anexo às Demonstrações Financeiras

h

h

1. Nota Introdutória

A Villas-Boas – ACP, Corretores Associados de Seguros, SA (também referida neste documento como VB - ACP, Empresa ou Sociedade) foi constituída no dia 07 de Maio de 1946 e transformada em sociedade anónima em 19 de Julho de 2013, registada com o número único de matriculada e pessoa coletiva 500.477.540.

Tem a sua sede social na Avenida da Liberdade, nº 90, 1269-026 Lisboa.

A VB - ACP tem como atividade principal a Mediação de Seguros.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais anexas, foram preparadas nos termos do Sistema de Normalização Contabilística - SNC, nomeadamente, conforme o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual e de relato financeiro e normas interpretativas, consignadas nos Aviso n.º 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de Julho de 2015.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações específicas, serão aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Assim, as demonstrações financeiras são apresentadas em euros, por esta ser a moeda principal das operações da entidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar

pela VB - ACP, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 5.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com os apresentados no exercício anterior, com excepção do referido no Ponto 5.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.3 Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos contabilisticamente em função de período em que ocorrem as transações que lhe estão subjacentes, independentemente do momento em que se efetuam as cobranças e os pagamentos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

3.4 Conversão cambial

As demonstrações financeiras da VB - ACP e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.5 Ativos Intangíveis (AI)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado de três anos. Não é considerada qualquer quantia residual.

M
y
m
f

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospectiva para refletir as novas expectativas.

3.6 Ativos Fixos Tangíveis (AFT)

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para o SNC, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Ativos fixos tangíveis	Nº de anos
Equipamento básico	8 a 15
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros AFT	(em função da vida útil estimada)

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospectiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.7 Participações Financeiras

As participações financeiras em empresas associadas, nas quais a empresa tenha influencia significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais,

f

geralmente investimentos representando 20% ou mais do capital de uma empresa, encontram-se relevadas pelo MEP (Método de Equivalência patrimonial).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

A rubrica "participações financeiras – outros métodos" inclui os investimentos em empresas nas quais a empresa, não exerce controlo (o que ocorreria se a empresa controlasse direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detivesse o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) nem influência significativa (o que ocorreria se a empresa participasse nas decisões financeiras e operacionais da empresa o que geralmente ocorre nos investimentos que representam entre 20% a 50% do capital de uma empresa).

As "participações financeiras – outros métodos", são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada, excetuando aquelas que se encontram cotadas em mercado regulamentado, as quais se encontram registadas ao justo valor.

Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respectivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em "Juros dividendos e outros rendimentos similares".

3.8 Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.9 Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo, regra geral.

No que toca aos encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis, que demorem mais que um período contabilístico a ficarem concluídos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.

3.10 Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade em investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade em dívidas a receber (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.11 Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza do serviço e a especificidade de cada acordo.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Na atividade de mediação de seguros, os rendimentos baseiam-se em comissões sobre prémios de seguro, deduzidos de eventuais estornos.

Os réditos obtidos com as comissões são registados aquando da prestação de contas às Companhias de Seguros.

3.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.13 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.14 Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

A Empresa não tem atualmente impostos a diferir.

3.15 Instrumentos financeiros

Cientes

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

Empréstimos e contas a pagar não correntes

As entidades podem utilizar dois métodos para mensurar os empréstimos e as contas a pagar. Por um lado o método do custo, por outro, o método do custo amortizado. A Empresa utiliza o método do custo (os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal).

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial (método do custo).

3.16 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.17 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

M
Y
e
f

4. Fluxos de caixa

A caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, e detalha-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>	<u>2020</u>
Numerário	3 030,00	447,40	333,49	3 143,91
Depósitos à Ordem	2 806 970,89	87 081 488,56	86 406 715,96	3 481 743,49
Depósitos a Prazo	239 114,32	3 433 209,71	3 421 984,28	250 339,75
Outros instrumentos financeiros	352 392,90	96 966,58	31 140,19	418 219,29
	<u>3 401 508,11</u>	<u>90 612 112,25</u>	<u>89 860 173,92</u>	<u>4 153 446,44</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2019.

Para o período corrente, e com o objetivo de aplicação em exercícios futuros, a contabilização dos recibos de prémio, estornos, indemnizações ou franquias emitidos pelas Companhias de Seguros, deixaram de ser registadas no balanço da empresa, verificando-se significativas alterações de valores nas rubricas de "Clientes" e "Fornecedores".

Na rubrica de "Clientes" passam a ser somente consideradas as comissões das companhias de seguros no momento da efetivação da prestação de contas.

Deste modo, no Balanço há uma coluna com a denominação de "Reexpressado 31.12.2019", que ilustra o referido nos parágrafos anteriores.

6. Partes relacionadas

A VB - ACP é detida em 67% pela Moragri, SGPS, SA e em 33% pelo ACP – Automóvel Club de Portugal, conforme quadro seguinte:

Detentores do Capital	Sede	Percentagem de participação		Nº de ações detidas	
		2020	2019	2020	2019
Moragri, SGPS, SA.	Lisboa	67,00%	67,00%	201 000,00	201 000,00
ACP - Automovel Club Portugal	Lisboa	33,00%	33,00%	99 000,00	99 000,00



M
u
f

6.1 Empresas subsidiárias

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a empresa detinha participações nas seguintes subsidiárias:

Empresa Subsidiárias	Sede	Percentagem de participação	
		2020	2019
VB, SGPS, SA	Lisboa	100,00%	100,00%
Archer & CIA, Lda	Lisboa	26,00%	26,00%

Indiretamente a VB – ACP, SA detém 90% do capital da empresa Archer e Cia, Lda, através da empresa VB SGPS, SA.

6.2 Empresas associadas

No ano de 2019, foi proposta e aceite por unanimidade dos seus sócios a liquidação da empresa Villas-Boas Serviços e Garantias – Gestão de Garantias e Serviços, Lda, procedendo-se à sua extinção, deixando a VB ACP, SA de deter a correspondente participação.

6.3 Entidades conjuntamente controladas

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a empresa detinha os seguintes interesses em entidades conjuntamente controladas:

Entidades Conjuntamente Controladas	Sede	Percentagem de participação	
		2020	2019
Grupo Villas-Boas, ACE.	Lisboa	67,5%	67,5%

f

6.4 Transações e saldos com partes relacionadas

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as transações efetuadas com partes relacionadas, são as seguintes:

Transações entre Partes Relacionadas	Rendimentos com comissões obtidas	Gastos com comissões cedidas	Dividendos obtidos
Archer & Cia, Lda			6 240,00
Cegrel, SA	62 200,00	-	
Corbroker, SA.	14 021,20		
CSB - Mediação de Seguros, SA	6 000,00	117 678,67	
Firstagille -Mediação Seguros, Lda	115 500,00	289 244,85	
Iperseg, Lda.	6 000,00	994,35	
JRC, Lda.	-	125 977,01	
Metage, Lda.	-	12 382,68	
TH Broker, Lda	-	4 135,32	
VB ACP Archer e Camacho, Lda	50 000,00		
VB SGPS, SA.			150 000,00
Totais	253 721,20	550 412,88	156 240,00

Os saldos com as entidades relacionadas à data de 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

Saldos com Entidades Relacionadas	Outros Devedores e Credores	Fornecedores conta/corrente	Resultados Atribuídos
Contas a Receber			
ACP - Automovel Clube Portugal			9 000,00
Archer & Cia, Lda	981,75		
JRC, Lda.	440 917,78		
Sporting, Lda.	69 000,00		
VB SGPS, SA.	243 258,26		
Total -	754 157,79	0,00	9 000,00
Contas a Pagar			
Grupo Villas Boas ACE	7 761,71	14 066,73	
JRC, Lda.		260 000,00	
Mais Valia, Lda	2 781,03		
Moragri SGPS, SA	3 768,03		9 000,00
VB ACP Archer e Camacho, SA		172 135,25	
Total -	14 310,77	446 201,98	9 000,00

6.5 Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Os órgãos sociais da empresa Villas-Boas ACP não auferem remunerações

P

7. Ativos intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2020	
	Programas Computador	Total
Ativo Bruto	-	-
Saldo inicial	6 339,64	6 339,64
Saldo Final	6 339,64	6 339,64
Amort acumuladas e perdas por imparidade	-	-
Saldo inicial	5 755,10	5 755,10
Amortizações do exercício	584,54	584,54
Saldo final	6 339,64	6 339,64
Ativos líquidos	-	-

	2019	
	Programas Computador	Total
Ativo Bruto	-	-
Saldo inicial	6 339,64	6 339,64
Saldo Final	6 339,64	6 339,64
Amort acumuladas e perdas por imparidade	-	-
Saldo inicial	5 170,75	5 170,75
Amortizações do exercício	584,35	584,35
Saldo final	5 755,10	5 755,10
Ativos líquidos	584,54	584,54

8. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2020				Total
	Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamentos de Transporte	Equipamentos Administrativo	
Ativos					
Saldo inicial	11 796,85	34 510,90	91 486,14	278 918,64	416 712,53
Aquisições	-	-	54 900,00	-	54 900,00
Transferências e Abates	-	-	(23 806,14)	-	(23 806,14)
Saldo Final	11 796,85	34 510,90	122 580,00	278 918,64	447 806,39
Amort acumuladas e perdas por Imparidade					
Saldo inicial	11 796,85	34 510,90	60 296,14	231 030,73	337 634,62
Depreciações do exercício	-	-	29 320,00	3 309,67	32 629,67
Transferências e Abates	-	-	(23 806,14)	-	(23 806,14)
Saldo Final	11 796,85	34 510,90	65 810,00	234 340,40	346 458,15
Ativos Líquidos	-	-	56 770,00	44 578,24	101 348,24

	2019				Total
	Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamentos de Transporte	Equipamentos Administrativo	
Ativos					
Saldo inicial	11 796,85	34 510,90	139 486,14	278 918,64	464 712,53
Alienações	-	-	(48 000,00)	-	(48 000,00)
Saldo Final	11 796,85	34 510,90	91 486,14	278 918,64	416 712,53
Amort acumuladas e perdas por Imparidade					
Saldo inicial	11 796,85	31 981,63	80 701,14	221 397,31	345 876,93
Depreciações do exercício	-	2 529,27	15 595,00	9 633,42	27 557,69
Alienações	-	-	(36 000,00)	-	(36 000,00)
Saldo Final	11 796,85	34 510,90	60 296,14	231 030,73	337 634,62
Ativos Líquidos	-	-	31 190,00	47 887,91	79 077,91

9. Imparidade de ativos

Não existiram perdas/reversões de imparidade registradas no período findo em 31 de dezembro de 2020

No período findo em 31 de dezembro de 2019, o valor existente da perda por imparidade foi utilizado na sua totalidade por força da liquidação da sociedade Villas-Boas Serviços e Garantias – Gestão de Garantias e Serviços, Lda, em dezembro de 2019

10. Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2020, o montante incluído na rubrica de participações financeiras ajustadas através do método de equivalência patrimonial são os seguintes:

		31/12/2020						
	Sede	% detida	Capital próprio	Resultado Líquido	Quantia escriturada	Proporção no resultado	Valor de Aquisição	Ajustamentos (MEP)
Subsidiárias:								
VB SGPS, SA	Lisboa	100,00%	8 859 875,97	761 487,13	8 194 490,64	761 487,13	2 500 000,00	761 487,13
Archer & Cia, Lda	Lisboa	26,00%	401 134,91	363 691,69	17 687,25	94 559,84	13 000,00	94 559,84
			9 261 010,88	1 125 178,82	8 212 177,89	856 046,97	2 513 000,00	856 046,97

Outros Investimentos financeiros

A empresa regista na rubrica de Outros Investimentos Financeiros os valores pagos relativos ao Fundo de Compensação do Trabalho, que em 31 de dezembro de 2020 totaliza o montante de 5.233,74 euros, e em 31 de dezembro de 2019 totalizava 4.298,93 euros.

A empresa subscreveu no ano de 2018 o fundo de capital de risco denominado Iberis Bluetech Fund, FCR, EuVeca subscrito em 99 unidades de participação, no montante de 100.485,00 euros tendo sido registada uma variação desfavorável ao justo valor no ano de 2019 no montante de 5.761,24 euros e uma variação favorável ao justo valor no ano de 2020 no montante de 1.140,79 euros

11. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Assim, em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 são reconhecidos os valores, a título de prestações de serviços, conforme quadro seguinte:

<u>Rédito reconhecido no período findo em</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prestações de Serviços	9 342 125,53	10 183 472,07
	<u>9 342 125,53</u>	<u>10 183 472,07</u>

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a sociedade por gastos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.

A VB ACP no exercício de 2020 recebeu subsídios à exploração da segurança social, no âmbito do apoio à situação epidemiológica do Coronavírus, relacionada com o encerramento de estabelecimentos de ensinos no montante de 1.136,87 euros

13. Acontecimentos após a data do balanço

À data da conclusão deste relatório ocorreram fatos significativos merecedores de destaque, que não distorcendo as demonstrações financeiras apresentadas, merece ser evidenciada.

Entendemos ser importante manter a referência às consequências futuras provocadas pelo "Coronavírus – Covid19".

A pandemia mundial provocada pelo "Coronavírus", que teve o seu início no final do ano de 2019, na China e que se propagou nos primeiros meses de 2020, de uma forma geral ao mundo inteiro, além dos danos irreparáveis em vidas humanas, irá trazer uma crise de consequências inestimáveis na economia mundial.

Tal como o ano de 2020, que ficou marcado por um decréscimo nos rendimentos e nos resultados da empresa, também o ano de 2021 ficará marcado certamente, por uma quebra nos resultados da empresa, em consequência do abrandamento de toda a economia.

14. Impostos sobre o rendimento ("IRC")

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre lucros em sede de *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC* à taxa normal de 21%, sendo a derrama fixada à taxa de 1,5% do lucro tributável.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado antes de impostos	1 902 201,62	2 744 988,17
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	<u>399 462,34</u>	<u>576 447,52</u>
Diferenças permanentes		
Variações patrimoniais	65 551,85	550 000,00
Benefícios fiscais	-12 717,89	-33 873,52
Outros não aceites	8 104,80	15 411,69
Multas, coimas e juros fiscais		2 053,86
Mais e menos valias fiscais		5 625,00
Equivalência patrimonial	-856 046,97	-1 004 409,59
Depreciações não aceites como gasto fiscal	9 322,56	1 847,50
Eliminação dupla tributação	-156 240,00	-550 000,00
Ajustamentos à colecta - Tributação autónoma	29 647,52	22 877,90
Ajustamentos à colecta - derrama estadual	14 402,64	6 949,29
Ajustamentos à colecta - derrama municipal		25 974,65
Imposto sobre o rendimento do período	<u>245 687,11</u>	<u>419 446,90</u>
Taxa efectiva de imposto	12,9%	15,3%
Colecta	245 687,11	419 446,90
	<u>245 687,11</u>	<u>419 446,90</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso

inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2017 a 2020 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

15. Ativos ao Justo Valor

Na rubrica de "Outros Ativos e passivos financeiros", os ativos estão valorizados ao Justo Valor, tendo sido efetuados os respetivos ajustamentos conforme quadros abaixo:

<u>Ganhos por aumentos de justo valor</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco Carregosa - Iberis Bluetech Fund, FCR	1 140,79	
Banco Invest - Pictet TR Atlas P	437,15	
Banco Invest - USB Strategy Fund Balanced	789,55	1 449,59
	<u>2 367,49</u>	<u>1 449,59</u>
<u>Perdas por redução de justo valor</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco Carregosa - Iberis Bluetech Fund, FCR		5 761,24
Banco Invest - USB Strategy Fund Balanced		316,11
	<u>-</u>	<u>6 077,35</u>

16. Instrumentos financeiros

Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2019 reexpressado (conforme nota 5 do anexo) são detalhadas conforme se segue:

<u>Ativos Financeiros</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Reexpressado 31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Clientes	0,00	0,00	16 380 876,88
Outros créditos a receber	1 397 707,77	1 707 713,77	2 418 403,68
Diferimentos	41 724,74	58 175,98	58 175,98
Outros ativos financeiros	418 219,29	352 392,90	352 392,90
Caixa e depósitos bancários	3 735 227,15	3 049 115,21	3 049 115,21
	<u>5 592 878,95</u>	<u>5 167 397,86</u>	<u>22 258 964,65</u>

M
JK
JK
JK

Passivos Financeiros	31/12/2020	Reexpressado	
		31/12/2019	31/12/2019
Fornecedores	747 754,18	782 489,55	18 093 639,92
Estado e Outros Entes públicos	72 597,50	149 204,70	149 204,70
Outras dívidas a pagar	5 166 526,30	4 541 960,64	3 972 377,06
	<u>5 986 877,98</u>	<u>5 473 654,89</u>	<u>22 215 221,68</u>

Clientes

Tendo como referência o descrito na nota 5 do anexo, a relação com clientes apresenta em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2019 reexpressado, a seguinte decomposição:

Clientes	31/12/2020		Reexpressado 31/12/2019		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Seguradoras:						
Recibos	-	-	-	-	16 380 876,80	-
Estornos	-	-	-	-	-	415 145,29
Franquias	-	-	-	-	-	9 992,44
Indemnizações	-	-	-	-	-	608 377,24
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16 380 876,80</u>	<u>1 033 514,97</u>

Fornecedores

Tendo como referência o descrito na nota 5 do anexo, a Empresa não considera atualmente nesta rubrica os movimentos com as empresas de seguros.

Assim, a relação com fornecedores apresenta em 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2019 reexpressado, a seguinte decomposição:

Fornecedores	31/12/2020		Reexpressado 31/12/2019		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Seguradoras:						
Recibos	-	-	-	-	-	17 311 150,37
Estornos	-	-	-	-	428 547,74	-
Indemnizações	-	-	-	-	615 212,76	-
Fornecedores diversos						
	-	747 754,18	-	782 489,55	34 572,69	782 489,55
	<u>-</u>	<u>747 754,18</u>	<u>-</u>	<u>782 489,55</u>	<u>1 078 333,19</u>	<u>18 093 639,92</u>

JK

Outros créditos a receber / Outras dívidas a pagar

A rubrica de outros créditos a receber e outras dívidas a pagar apresenta em 31 de dezembro 2020, 2019 e 2019 reexpressado, a seguinte decomposição:

Outros créditos a receber/dívidas a pagar	31/12/2020		Reexpressado 31/12/2019		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Devedores por acréscimo de rendimento	2 197,82		1 620,27		1 620,27	
Credores por acréscimo de gastos		3 428 417,25		3 135 471,16		3 135 471,16
Indemnizações		-				608 377,24
Franquias		-				9 992,44
Outros devedores						
- Seguradoras	417 266,35		547 656,68		364 586,09	
- Outros	958 171,25		1 123 864,13		973 864,13	
Outros credores						
- Seguradoras		1 288 380,75		1 128 434,53		25 335,98
- Outros		449 728,30		278 054,95		278 054,95
Fornecedores (saldos devedores)	20 072,35		34 572,69		1 078 333,19	
Clientes (saldos credores)		-		-		415 145,29
	<u>1 397 707,77</u>	<u>5 166 526,30</u>	<u>1 707 713,77</u>	<u>4 541 960,64</u>	<u>2 418 403,68</u>	<u>4 472 377,06</u>

Instrumentos de Capital Próprio

O Capital Social, à data de Balanço, é decomposto da seguinte forma:

Acionista	Número de Ações	Valor nominal	Capital Social	Porcentagem Capital detido	Capital Realizado
Moragri, SGPS, SA.	201.000	1,00 €	201.000,00 €	67,00%	201.000,00 €
ACP Automovel Club Portugal	99.000	1,00 €	99.000,00 €	33,00%	99.000,00 €
TOTAL	300.000		300.000,00 €	100,00%	300.000,00 €

Cada ação tem o valor nominal de € 1,00.

Os detentores de ações ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral, sendo que a cada ação detida corresponde um voto.

De referir ainda que não existem ações preferenciais.

A empresa tem constituída reservas legais no valor de 60.000,00 euros de acordo com a legislação aplicável.

O resultado por ação do ano de 2020 é de 5,52 euros e corresponde ao quociente entre o resultado líquido do período e o número de ações emitidas.

<u>Resultado por Ação</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado Líquido Exercício	1 656 514,51	2 325 541,27
Número de ações	300 000,00	300 000,00
Resultado por ação básico	5,52	7,75

No que diz respeito ao resultado do exercício de 2019, no montante 2.325.541,27 euros, e em conformidade com ata de assembleia geral de 30 de junho de 2020 foi efetuada a respectiva aplicação da seguinte forma:

<u>Aplicação do resultado do exercício</u>		<u>2019</u>
Resultado Líquido Exercício		2 325 541,27
Reservas livres	23,2%	539 419,68
Ajustamento em ativos financeiros	43,3%	1 006 121,59
Distribuição de dividendos	33,5%	780 000,00

17. Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal, reconhecidos nas demonstrações financeiras, em 2020 e 2019, são decompostos da seguinte forma:

<u>Gastos com o Pessoal</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Remunerações do pessoal	979 434,67	1 027 224,78
Indemnizações	96 152,59	1 197,16
Encargos sobre remunerações	220 594,60	232 068,29
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	108 988,82	102 726,35
Gastos de ação social	1 123,40	15 128,59
Gastos com formações profissionais	1 200,00	6 750,00
Outros	9 671,48	33 191,88
	<u>1 417 165,56</u>	<u>1 418 287,05</u>

O número médio de empregados durante o ano de 2020 foi de 42 colaboradores, idêntico ao de 2019.

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

19. Outras informações consideradas relevantes

19.1 Estado e Outros Entes Públicos

No final do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos, apresentavam a seguinte composição:

Estado e Outros Entes Públicos	2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
IRC a Pagar		1 415,23		82 426,09
Retenções Imposto sobre o rendimento		17 690,39		43 517,30
Contribuições para a Segurança Social		53 491,88		23 261,31
	-	72 597,50	-	149 204,70

19.2 Diferimentos

A rubrica de diferimentos inclui o montante de 41.255,93 euros relativo a seguros próprios cujo pagamento ocorreu em 2020, mas o gasto correspondente refere-se a 2021.

Diferimentos	2020	2019
Ativos:		
Gastos a reconhecer		
Seguros	41 255,93	57 707,17
Outros gastos diferidos	468,81	468,81
	41 724,74	58 175,98

19.3 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos relativamente ao ano de 2020 e 2019 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e Serviços Externos	2020	2019
Serviços especializados	6 236 458,74	6 191 895,71
Materiais	9 555,10	50 077,25
Energia e fluídos	23 013,40	27 873,71
Deslocações, estadas e transportes	27 264,57	102 511,27
Serviços diversos	518 438,72	430 626,38
	6 814 730,53	6 802 984,32

A empresa suportou no ano de 2020 o valor de 12.669,00 €, relacionados com Auditoria/ROC – Revisor Oficial de Contas.

19.4 Outros Rendimentos e Gastos

A decomposição das rubricas de Outros gastos e de Outros rendimentos no final do ano de 2020 e 2019 é conforme se segue:

<u>Outros rendimentos</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	21,98	1 899,18
Juros obtidos	3 315,25	11 524,37
Outros	120 366,96	7 034,42
	<u>123 704,19</u>	<u>20 457,97</u>

<u>Outros gastos</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Impostos	-	-
Imposto de Selo	118 531,35	125 313,39
Imposto s/ veiculos	1 002,70	983,22
Taxas	7 043,08	1 030,82
Dívidas incobráveis	53,52	-
Outros	31 438,48	80 002,52
	<u>158 069,13</u>	<u>207 329,95</u>

19.5 Depreciações e Amortizações

O detalhe da rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é conforme se segue:

<u>Depreciações e amortizações</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativos fixos tangíveis	32 629,67	27 757,69
Ativos intangíveis	584,54	584,35
	<u>33 214,21</u>	<u>28 342,04</u>

20. Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros

De acordo com a Norma Regulamentar nº 13/2020-R de 30 de dezembro da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, os corretores de seguros, os mediadores de resseguros e os agentes de seguros e mediadores de seguros a título acessório que auferirem remunerações anuais de montante igual ou superior a um milhão de euros, terão que cumprir as obrigações que dela constam, nomeadamente o artigo 51º:

20.1 Informação respeitante à atividade de distribuição de seguros ou de resseguros:

- a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

A Empresa reconhece o crédito de acordo com as normas em vigor, por regra, aquando da efetivação da prestação de contas às empresas de seguros.

- b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo.

Por Natureza	Remunerações	
	2020	2019
Numerário	9 342 125,53	10 183 472,07
Espécie	-	-
Total	9 342 125,53	10 183 472,07

Por Tipo	Remunerações	
	2020	2019
Comissões	9 342 125,53	10 183 472,07
Honorários	-	-
Outras remunerações	-	-
Total	9 342 125,53	10 183 472,07

pl
yf
r
f

c) Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguros desagregados por Ramo "Vida", "Não Vida" e "Fundos de Pensões" e por origem.

Por Entidade (origem)	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramo Não Vida		Fundos de Pensões	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Empresas de seguros	166 642,85	159 610,69	8 570 432,05	9 670 855,24		
Outros Mediadores	426,66		586 623,97	335 006,14		
Outras Entidades			18 000,00	18 000,00		
Total	167 069,51	159 610,69	9 175 056,02	10 023 861,38	0,00	0,00

d) Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira.

Por entidade (origem)	Remunerações (%)	
	2020	2019
Empresas de seguros		
Fidelidade Seguros SA	45,56%	53,46%
Outros Mediadores		
Clientes (Outros)		
Total	45,56%	53,46%

e) Valores das contas "clientes" no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros.

Contas "Clientes"	Valores das contas "Clientes"		
	2020	2019 - Reexpressado	2019
Início exercício	0,00	12 128 444,35	12 128 444,35
Final Exercício	0,00	0,00	15 347 361,91
Volume movimentado no exercício			
A Débito	7 059 000,21	130 247 823,99	129 214 309,02
A Crédito	7 059 000,21	142 376 268,34	125 995 391,46
	0,00	0,00	15 347 361,91

f

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem (tomadores de seguros, empresas de seguros, outros mediadores e clientes)

Por Entidade (origem)	Saldo contabilístico no final do exercício					
	Contas a receber			Contas a pagar		
	2020	Reexpressado		2020	Reexpressado	
	2019	2019		2019	2019	
Tomadores de seguros, segurados ou beneficiários	33 472,69	33 472,49	16 427 751,82	225 715,57	255 661,25	2 490 809,46
Empresas de seguros	417 266,35	547 656,68	1 094 997,82	1 288 380,75	1 128 434,53	16 134 853,11
Empresas de resseguros	-	-	-	-	-	-
Outros mediadores	662 520,03	-	-	202 681,64	-	-
Clientes (Outros)	-	-	-	-	-	-
Total	1 113 259,07	581 129,17	17 522 749,64	1 716 777,96	1 384 095,78	18 625 662,57

g) Indicação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar segregados por natureza:

Por natureza	Saldo contabilístico no final do exercício					
	Contas a receber			Contas a pagar		
	2020	Reexpressado		2020	Reexpressado	
	2019	2019		2019	2019	
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	27 697,51	13 402,45	13 402,45	1 284 032,06	1 201 633,24	1 201 633,24
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	-	16 380 876,88	-	-	16 109 517,13
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiário	-	-	1 043 760,50	-	-	1 033 514,97
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	-	-	-	-	-	-
Outras quantias - em numerário	1 085 561,56	567 726,72	84 709,81	432 745,90	182 462,54	280 997,23
Total	1 113 259,07	581 129,17	17 522 749,64	1 716 777,96	1 384 095,78	18 625 662,57

h) Idade das contas a receber vencidas à data de 31 de dezembro de 2020

Contas a Receber	Até 30 dias	De 30 a 60 dias	Mais de 60 dias	Total
Sem Imparidade	468 965,10	64 039,64	580 254,33	1 113 259,07
Com imparidade	-	-	-	-
Total	468 965,10	64 039,64	580 254,33	1 113 259,07

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Não aplicável

j) Transmissão de carteiras de seguros

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, a Empresa não adquiriu qualquer carteira de seguros

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, a Empresa não cessou quaisquer contratos com empresas de seguros

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável

m) Indicação das quatro empresas de seguros cuja representação das remunerações pagas ao corretor de seguros em relação ao total das remunerações auferidas pela sua carteira, seja mais elevada

Empresas de Seguros	Remunerações						Percentagem (%)	
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Fundos de Pensões	2020	2019
	2020			2019				
Fidelidade Seguros SA		4 256 343,21 €			5 444 027,97 €		45,56%	53,46%
Generali / Seguradoras Unidas, SA		1 659 474,80 €					17,76%	
Seguradoras Unidas, SA					1 312 786,45 €			12,89%
Allianz Portugal		528 154,11 €			449 881,02		5,65%	4,42%
Zurich Insurance plc		361 048,10 €					3,86%	
Una Seguros					343 852,61			3,38%

n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Enquanto corretor de seguros, a Empresa tem poderes de cobrança junto de todas as empresas de seguros

o) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança

Não aplicável

p) Valor total de fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para empresas de seguros cedentes que hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas

Não aplicável

O Contabilista Certificado

Francisco Roqueira

A Administração

x *João de Deus Fernandes*
João de Deus

x

x *António*

x *A. P. P.*

x